

**A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO NA DINAMIZAÇÃO DA ACTIVIDADE
EMPRESARIAL**

1. Tradicionalmente, a primeira missão do movimento associativo é a de **defender os interesses das empresas junto do poder político.**

Esta missão, sendo legítima e necessária, deve ser cumprida **com responsabilidade social**, i.e., não numa lógica corporativista, mas procurando defender, de forma credível, os interesses globais da economia nacional e o progresso e coesão sociais.

O movimento associativo deve empenhar-se, junto do poder político, na procura/proposta das melhores atitudes face às circunstâncias da economia nacional.

Exemplo actual:

Reconhecendo a particular dificuldade da actual conjuntura, não foi proposta uma profunda reforma fiscal no sentido de proporcionar uma maior competitividade e atractividade à economia, que noutras circunstâncias se justificaria. Não foram igualmente propostas medidas menos estruturais, mas mais prementes, como a redução da taxa normal do IVA para minorar as distorções de concorrência, que particularmente nos preocupam, causadas pela disparidade de taxas entre Portugal e Espanha.

Foram, sim, propostas medidas efectivas que, causando o menor impacto possível nas receitas públicas, respondessem às enormes dificuldades financeiras por que passa a generalidade das empresas portuguesas:

- 1. Alargamento dos prazos para pagamento do IVA, dentro do mesmo período orçamental;*
- 2. Redução dos prazos para recuperação do IVA, quando devido pela Administração Pública, e das garantias e custos associados;*
- 3. Eliminação do Pagamento Especial por Conta, hoje inoportuno e manifestamente injusto;*
- 4. Liquidação progressiva das dívidas do Estado às empresas, se necessário por via da emissão de dívida pública para esse efeito.*

Sendo a presente conjuntura marcada pela escassez de crédito, a nível nacional e internacional, **o movimento associativo deve procurar promover que o crédito disponível seja canalizado para as áreas que mais contribuam para a competitividade das empresas e para o reequilíbrio externo** (outro dos principais problemas que afectam gravemente a economia nacional). Daí termos defendido, sendo certo que *a actual conjuntura não pode fazer travar o esforço de investimento público, não deverá ser através do investimento público, e muito menos através de obras de regime de duvidosa eficácia económica, como o TGV, que se poderá fazer face à grave situação financeira que milhares de empresas estão a viver, com o risco de virem a encerrar, apesar da sua viabilidade económica.*

Perante as dificuldades de financiamento externo da banca nacional, importa resguardar os recursos que se possam vir a obter para financiar investimento produtivo que permita o crescimento das empresas, sobretudo das PME e que gere mais exportações, em vez de os canalizar maioritariamente para o financiamento destes mega projectos, geradores de um maior desequilíbrio externo.

O movimento associativo deve procurar que estas mensagens cheguem não só ao poder político, mas às próprias empresas: a responsabilidade social cabe não só às associações, mas também, mas sobretudo, às próprias empresas.

2. A mensagem do movimento associativo deve chegar não só ao poder político é às empresas, mas à sociedade em geral.

É missão do movimento associativo **valorizar o papel e a imagem da empresa e do empresário** junto da opinião pública. Será este o principal contributo para **fomentar o empreendedorismo: promover uma cultura que lhe seja favorável.**

3. É ainda função do movimento associativo prestar às empresas serviços que contribuam efectivamente para a sua competitividade.

Não procurando substituir-se ou concorrer com o mercado, mas preenchendo as áreas em que o mercado se mostra incapaz, ou tem maiores dificuldades em responder.

Presentemente, torna-se urgente que as empresas portuguesas consigam ganhos de competitividade que possibilitem, numa conjuntura internacional mais difícil, aumentar as exportações conquistando maiores quotas de mercado. Para tal é essencial, por um lado, um esforço de contenção de custos, que passa necessariamente pela moderação salarial, mas sobretudo aumentos de produtividade através da inovação ao nível dos processos e dos produtos, organizativa e tecnológica, nas empresas produtoras de bens e serviços transaccionáveis.

Internacionalização, competitividade, e inovação são pois os três vértices do triângulo das prioridades para a economia portuguesa: internacionalização que só será possível com competitividade, competitividade que requer inovação.

Assim sendo, entre os serviços que as associações empresariais podem e devem prestar às empresas, destacaria:

3.1. Formação:

O principal *handicap* estrutural que bloqueia a competitividade das empresas nacionais é a fraca qualificação dos recursos humanos. O conhecimento que as associações têm das necessidades das empresas é fundamental, quer na concepção de uma política de formação profissional, quer na prestação de serviços de formação, incluindo o apoio às empresas na elaboração de diagnósticos e detecção de necessidades de formação. (Ex: Formação PME)

3.2. Informação:

A possibilidade de acesso a informação útil, fiável, oportuna e facilmente assimilável, constitui, hoje, um dos mais importantes alicerces da competitividade empresarial.

Não tendo meios próprios para recolha e tratamento da informação, as empresas de menor dimensão dependem da informação que lhe for disponibilizada por entidades externas, públicas ou privadas. Se essa informação não for adequada e não tiver qualidade, as estratégias empresariais ressentir-se-ão inevitavelmente.

Muita da informação necessária, nomeadamente sobre sectores, mercados, tecnologias, oportunidades de investimento, etc. não é adequadamente disponibilizada pelas entidades oficiais que têm responsabilidade na sua produção ou recolha e tratamento. Frequentemente, essa informação existe e é detida por essas entidades, sendo apenas necessário romper com uma “cultura estatizante” da gestão da informação económica. É fundamental pôr em prática uma política activa de informação empresarial, com particular atenção à recolha de informação, ao processamento dessa informação com vista a ser assimilável pelas empresas e, finalmente, à sua disponibilização oportuna e desenhada a partir dos interesses dos destinatários e não da oferta.

Esta é uma área em que se destaca o papel que as associações empresariais podem desempenhar, em parceria com as entidades públicas.

3.3. Internacionalização:

Apoio efectivo às estratégias de internacionalização das empresas, que pode ir além da organização de missões ou da presença em feiras internacionais, mas promova uma abordagem continuada e consistente dos mercados externos.

Mas, a dimensão das empresas não pode ser a mesma quando passamos de um mercado mais pequeno e por vezes mais protegido, para um mercado à escala global e sem quaisquer tipos de restrições. Por isso o tema do redimensionamento das Pequenas e Médias Empresas se coloca hoje com acrescida relevância.

Mais de 95% do tecido empresarial português é constituído por microempresas e apenas 0,1% do número total são grandes empresas. Situação que, aliás, não diverge muito do que se passa em Espanha e em Itália, onde a presença de PME's é, também, muito relevante. Mas, a dimensão média das nossas PME's não é comparável com a daqueles países.

Urge por isso tomar medidas que permitam concretizar movimentos de concentração e/ou cooperação empresarial. Processo difícil que passa pela sensibilização dos empresários, pela divulgação de casos de sucesso e pelo apoio técnico e financeiro, e fiscal, às acções de concentração/cooperação.

Por esse motivo a AEP – Associação Empresarial de Portugal, pretende desenvolver o “Programa Dimensão”, com o objectivo de apoiar o tecido empresarial português, através de um conjunto de acções que permitam concretizar aqueles propósitos.

3.4. Apoio à inovação:

É preciso reforçar a ideia de que a inovação não se confunde com investigação e desenvolvimento e que está ao alcance da generalidade das empresas, nas suas diversas vertentes: inovação ao nível dos produtos e dos processos; inovação tecnológica e organizacional. Esta noção alargada de inovação empresarial deve ser difundida ao nível das PME.

Inovação, hoje, é aquela que o mercado reconhece e valoriza, e só esta!

O movimento associativo tem aqui um papel a desempenhar, através de serviços de informação, de formação e de interface entre empresas e instituições de I&DT.

É legítimo que o Estado apoie as associações nesta sua missão.

4. Papel do QREN.

À semelhança do que aconteceu em anteriores Quadros Comunitários de Apoio, o QREN tem tardado, na sua implementação, aplicação, análise de candidaturas e pagamentos.

Embora se tenha verificado uma redução nos tempos médios de avaliação das candidaturas apresentadas, a efectiva disponibilização dos apoios continua a ser muito lenta e burocratizada.

Os próprios formulários de candidatura, electrónicos, estão longe de ser claros e acessíveis a grande parte dos empresários das PME portuguesas.

Por outro lado, a segmentação dos apoios pelas várias regiões beneficiárias, parecendo justa e justificável, e o sistema de pontuação dos projectos criam situações de desconformidade e aparente injustiça pela aprovação em certas regiões de projectos menos bem pontuados que outros, que são rejeitados noutras regiões, face aos montantes máximos para cada período de candidatura, ou seja, aos leilões possíveis.

A melhor forma de apoiar a optimização destes recursos passará, assim, pela monitorização independente da sua aplicação, obtendo e divulgando dados fiáveis que permitam avaliar a execução do QREN, informando regularmente o governo, e todas as entidades interessadas, dos progressos ou regressos verificados em todas as questões atrás referidas.

Isto é, a AEP propõe a constituição de um Observatório do QREN, que permita avaliar correctamente a sua aplicação, corrigir trajectórias e otimizar procedimentos, numa base regular de auscultação, de modo a que este Quadro possa ser cada vez melhor utilizado, no interesse das empresas e da economia nacional.

Centro Cultural de Cascais, 28 de Outubro de 2008

José António Ferreira de Barros
Presidente da AEP